

ENSINO DE GEOGRAFIA EM RUÍNAS: COMPREENSÕES DOCENTES SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO SEMIÁRIDO BAIANO

Cleisson de Morais Alves[1]
Lorena Ferreira de Souza Almeida[2]

Palavras-chave: Docência em Geografia; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Mal-estar docente.

INTRODUÇÃO

O presente resumo apresenta as compreensões de professores de Geografia do Ensino Médio público acerca das mudanças e implicações da Reforma do Ensino Médio (Lei nº. 13.415/2017). Tal política foi aprovada no governo de Michel Temer após o golpe jurídico-parlamentar-midiático, contudo seus primeiros rascunhos foram gestados nos governos Dilma e Lula fortemente articulada pelos organismos internacionais e pelas fundações e institutos empresarias. A defesa por um currículo flexível pelo/a Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros organismos multilaterais foi ampliada sobretudo a partir de 1990 com avanço da lógica neoliberal. Fortemente interessados nos fundos públicos da educação, os institutos e fundações – a exemplo da Fundação Lemann, Itaú Unibanco, Instituto de Cidadania Empresarial, Instituto Ayrton Sena, dentre outras - atuam na implementação e consolidação das políticas neoliberais na educação (Freitas, 2023).

[1] Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Senhor do Bonfim, Bahia. E-mail: cleissonmorais50@gmail.com.
[2] Professora Dra. Adjunta do Curso de Licenciatura em Geografia e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGENS) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Senhor do Bonfim, Bahia. E-mail: lorena.almeida@univasf.edu.br.

A Reforma do Ensino Médio materializada inicialmente pela Medida Provisória nº 746/2016 e, posteriormente, transformada na Lei nº 13.415/2017 modificou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), estabelecendo que a carga horária mínima anual do Ensino Médio seria aumentada de 800 para 1.000 horas. Segundo a legislação, os sistemas de ensino deveriam gradualmente oferecer 1.400 horas anuais, totalizando 4.200 horas ao longo de três anos, a fim de implantar gradualmente o ensino de tempo integral. Ademais, a referida Lei determinou que os currículos do EM devem ser compostos pela formação geral básica (com carga horária máxima de 800, ou seja, 40% do total) e a parte diversificada através dos itinerários formativos (compondo 60% da carga horária total).

Outrossim, a Lei n.º 13.415/2017 reduziu o número de componentes curriculares obrigatórios priorizando dois, a saber: Língua Portuguesa e Matemática, sob a justificativa do excesso de disciplinas, pelo fato de serem instrumentais para qualquer área de trabalho e as únicas matérias requeridas pelas avaliações em larga escala, como exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Os empenhos em restringir o currículo e as escolas a seguidoras de aprendizagens que não possibilitam uma reflexão crítica sobre a realidade é uma estratégia de longa data do *status quo* neoliberal.

Diante dessa realidade, buscou-se compreender os impactos da Reforma do Ensino Médio segundo a perspectiva dos professores de Geografia de uma instituição pública de Itiúba (BA) entrevistados no primeiro semestre de 2024, destacando-se os efeitos sobre o trabalho docente. O lócus da pesquisa apresenta-se no contexto do norte da Bahia e do Território de Identidade do Sisal, integrando o Semiárido Baiano. Com vistas a atingir o objetivo, adotou-se a abordagem qualitativa, a realização de entrevistas semiestruturadas com cinco docentes durante o primeiro semestre de 2024, a análise do material por meio da Análise de Conteúdo e a discussão através de autores críticos das políticas educacionais ligados ao Materialismo Histórico-Dialético.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

De acordo com a Análise Temática de Conteúdo por frequência, elaborada por Bardin (2016), foi possível realizar a codificação das entrevistas, destacando-se a menção à *insegurança para atuação docente* frente à Reforma do Ensino Médio segundo a perspectiva dos/as professores/as entrevistados. Os docentes apontaram que esta política foi construída

sem participação dos professores e estudantes inseridos dentro dos contextos escolares e acarretaram diversas incertezas quanto ao seu trabalho.

Segundo os sujeitos entrevistados, o estabelecimento dos itinerários formativos provocou uma instabilidade em sua atuação profissional, porque estas "novas disciplinas" foram inseridas dentro do currículo sem que houvesse uma formação ou capacitação sólida anteriormente. Ademais, também destacaram as ementas pequenas bem como a falta de conhecimentos históricos e sistematizados na base desses componentes, fazendo com que não soubessem os conteúdos a serem trabalhados. Dos cinco professores licenciados em Geografia na instituição, somente dois estavam lecionando o componente.

De acordo com o Professor 02:

> *[...] a gente tem que trabalhar disciplinas aí que a gente não se formou para isso, os itinerários, como eu mencionei para você, são diversos, são dez estações do saber, com diversos temas e aí, às vezes, você não tem conhecimento acerca daquilo, então, é um desafio você buscar esses conhecimentos para poder passar para os alunos.*

O trecho acima evidencia a precarização do trabalho docente, desqualificando a formação dos professores de Geografia, uma vez que os conhecimentos e experiências formativas durante a licenciatura perde seu sentido e aplicabilidade diante dessa nova conjuntura. Outrossim, também aponta para o aumento da demanda de trabalhos e capacidade intelectual das/dos professoras/professores sem terem sido garantidas as condições materiais necessárias para sua implementação.

Por outro prisma, destaca-se a redução da carga horária da disciplina de Geografia como um dos principais *impactos para o Ensino de Geografia*. Todos os professores/as pontuaram que a diminuição da carga horária de Geografia estabeleceu um fazer pedagógico aligeirado, sem tempo para aprofundar e discutir conteúdos necessários para a vida e formação dos estudantes.

Para o Professor 02:

> *[...] houve a redução da carga horária, antes eram duas aulas no primeiro, duas no segundo e duas no terceiro, reduziu para uma no primeiro, duas no segundo e duas no terceiro e, a partir deste ano, reduziu novamente só uma no primeiro, uma no segundo e duas no terceiro.*

Os apontamentos acerca da redução da carga horária também coloca em risco a permanência dos postos de trabalho para os professores e/ou a ampliação do número de geágrafas e geógrafos tendo que lecionar disciplinas e itinerários para completar sua carga horária, mesmo sem ter tido a formação necessária, gerando inseguranças para as/os professoras/es. Diante dessa realidade, torna-se urgente a reflexão no sentido de

compreender a presença da Geografia Escolar nos currículos hoje e as perspectivas para o futuro. Para além disso, torna-se pertinente problematizar a que/quem interessa a (não) presença da Geografia no Ensino Médio?

Gonçalves (2023) fez uma análise sobre como a Geografia está inserida nos currículos dos sistemas de ensino estaduais, em relação à BNCC e à Reforma do Ensino Médio. Para isso, ele examinou os documentos curriculares que foram disponibilizados pelas Secretarias Estaduais das 27 unidades federativas. Segundo Gonçalves (2023), na Bahia houve uma diminuição da carga horária de Geografia, que passou de 240 horas para 160 horas. O autor finaliza sua pesquisa ressaltando que a fragilidade dos currículos e a redução da carga horária são os principais desafios enfrentados no Ensino de Geografia. No entanto, um aspecto positivo é a resistência demonstrada pela manutenção dessa disciplina na maioria das unidades federativas, mesmo não sendo obrigatória.

Adicionalmente, a redução da carga horária de Geografia e das Ciências Humanas do currículo em detrimento da ampliação das novas disciplinas/itinerários formativos enfraqueceu a possibilidade das professoras e dos professores trabalharem reflexões geográficas de maneira crítica em sala de aula. Em estudo da REPU e GEPUD (2024) com a primeira geração de estudantes concluintes do NEM nas escolas públicas de São Paulo, é destacado que a Geografia foi a disciplina que os estudantes do 2º e 3º anos tiveram menos aulas durante seu Ensino Médio. Em 2024, foi aprovada a Lei nº 14.945 que restitui a carga horária das disciplinas no Ensino Médio, no entanto, os problemas fundantes da Reforma do Ensino Médio não foram resolvidos.

Tais resultados vão ao encontro do que propõe Luz Neto (2021, p. 385) quando o autor argumenta:

> Os jovens da escola pública ficarão mais com a sua prática pela prática, diminuindo assim a capacidade de formação na perspectiva de pensar por conceitos. E no ensino de Geografia, a perda no desenvolvimento do pensamento geográfico e, consequentemente, da possibilidade da mobilização dos conceitos e princípios lógicos, instrumentos intelectuais potentes para a análise da realidade na dimensão da espacialidade.

Outrossim, destaca-se a emergência da desvalorização da Geografia. Este posicionamento é produto do questionamento referente a obrigatoriedade somente de Português e Matemática nos três anos estabelecida pela Lei n.º 13.415/2017. Segundo os professores, a educação não pode ser pensada somente pelo viés pragmático do mercado de trabalho e por Português e Matemática, para o Professor 04 “ela deve ser voltada à formação do sujeito como um todo”.

Conforme o Professor 02:

> *É triste, né, a gente ver a desvalorização de disciplinas que são tão importantes para construção dos seres humanos, para construção da sociedade, então, Geografia perdendo cada vez mais carga horária, não sendo obrigatória, História e outras disciplinas.*

Além disso, os professores pontuaram sobre a supervalorização das disciplinas de Português e Matemática nas avaliações externas e como o currículo e tempos escolares pairam sobre esses dois componentes. Para eles não é possível avaliar os estudantes somente com os conhecimentos oferecidos por essas disciplinas, elas são extremamente importantes, contudo o Professor 01 fez a seguinte análise "e a criticidade do aluno que a Filosofia, a Geografia, a História e as demais áreas proporciona?".

Esses resultados vão ao encontro dos trabalhos críticos que buscaram analisar as implicações da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino. Eles destacam que a Geografia se esvazia e fica em segundo plano em ambas políticas educacionais. Na BNCC alguns conhecimentos constam dentro do itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, não sendo um componente obrigatório, nem tendo menção em nenhuma parte do documento (Santos; Vallerius; Mota, 2018; Luz Neto, 2021). Lê-se, portanto, a redução e exclusão dos conhecimentos geográficos contidas na Reforma e confirmadas em campo, fragilizando a Ciência e a Geografia Escolar, criando um currículo raso, frágil e uma formação limitadora da emancipação dos sujeitos e inibidora de reflexões críticas da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diluição dos conhecimentos geográficos é um projeto articulado dentro da lógica de reestruturação produtiva do capital, iniciada entre o final da década de 1960 e 1970. Por conta de sua incapacidade de resolver suas próprias contradições, o sistema capitalista de produção se reorganiza, provocando impactos profundos nas relações de trabalho. Nesse sentido, no cenário de reestruturação flexível, o trabalhador não está assegurado dos direitos para manutenção da vida. Na esfera educacional, temos o aprofundamento do trabalho docente por meio das políticas neoliberais de controle do trabalho, dos corpos e das mentes.

A realidade educacional brasileira encontra-se em disputa: por um lado há os agentes hegemônicos do grande capital defendendo uma educação neoliberal, alicerçada na lógica do empreendedorismo e no projeto de vida societal capitalista; por outro, encontram-se movimentos de contra-hegemonia na defesa de uma educação pública crítica socialmente

referenciada. A contra-hegemonia instaura-se dentro de um contexto de avanço dos currículos flexíveis, da redução dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, da ampliação do controle sobre a escola e o trabalho docente por meio das avaliações externas padronizadas em larga escala e, sobretudo, por intensos processos de precarização do trabalho docente através da terceirização, da plataformização, da privatização das escolas e do gerencialismo (Freitas, 2023).

Diante do exposto, é fundamental pensar como a Geografia está presente no Ensino Médio nos diferentes territórios, mas que isso, é relevante indagarmo-nos: qual/quais geografias se materializa/m nos espaços escolares? A que/quem serve? Entendemos a necessidade de um Ensino de Geografia socialmente referenciado a serviço da classe trabalhadora, desvelando as contradições da sociedade capitalista e, sobretudo, que caminhe rumo a sua superação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

FREITAS, Tiago Barreiros de. **Ensino médio personnalité**: prestidigitações do capital na educação pública. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

GONÇALVES, Juliano Rosa. A Geografia Escolar e a reorganização curricular provocada pela reforma do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 13, n. 23, p. 05-20, 2023. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1153. Acesso em: 16 jan. 2024.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC? **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 370-397, 2021. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/download/2205/1785. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Leovan Alves dos; VALLERIUS, Daniel Mallmann; MOTA, Hugo Gabriel da Silva. Reforma do ensino médio e o ensino de geografia: estreitamento curricular e resistências na atuação docente. *In*: VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS, 7., 2018, Fortaleza. **Anais** [...] Campina Grande: Editora Realize, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51636. Acesso em: 17 ago. 2023.